



Recebido em: 30/11/2020

Aprovado em: 26/12/2020

Publicado em: 31/12/2020

OBSCURECIMENTO DA NOÇÃO DE FORMAÇÃO HUMANA NO SISTEMA EDUCACIONAL

reflexões em György Lukács e Demerval Saviani

OBSCURING OF THE NOTION OF HUMAN FORMATION IN THE EDUCATIONAL SYSTEM

reflections in György Lukács and Demerval Saviani

Jessica Holanda Lemos¹

Jaireilson Silva de Sousa²

RESUMO

Com o presente artigo, pretendemos abordar a noção ontológica de formação humana, tendo como referência o filósofo húngaro György Lukács com sua obra *Para uma ontologia do ser social* e o pensador brasileiro Demerval Saviani com sua obra *Pedagogia histórico-crítica*. Com base em tais autores, assumimos as categorias *trabalho* e *reprodução* como fundamentais para a gênese e desenvolvimento ontológico do ser social, permitindo ao ser humano responder corretamente a alternativas que se apresentam pela sociedade e que promovem a generidade. Se coloca, assim, como ponto central apresentar a relação entre trabalho, reprodução e educação como foram expostas por Lukács em sua obra para, posteriormente, com base em Saviani, refletirmos sobre o obscurecimento da formação *omnilateral* no sistema educacional, que contribui para acentuar os estranhamentos que dificultam o pleno desenvolvimento do gênero humano e que somente uma formação *omnilateral* pode superar tais obstáculos.

Palavras-chave: Trabalho. Reprodução. Educação.

ABSTRACT

With this article, we intend to approach the ontological notion of human formation, having as reference the Hungarian philosopher György Lukács with his work *For an ontology of the social being* and the Brazilian thinker Demerval Saviani with his work *Historical-critical pedagogy*. Based on these authors, we assume the categories of *work* and *reproduction* as fundamental to the genesis and ontological development of the social being, allowing the human being to respond correctly to alternatives that are presented by society and that promote generosity. Thus, it is placed as a central point to present the relationship between work, reproduction and education as exposed by Lukács in his work so that, later, based on Saviani, we can reflect on the obscuration of *omnilateral* formation in the educational system, which contributes to accentuate the alienations that hinder the full development of the human race and that only an *omnilateral* formation can overcome such obstacles.

Keywords: Work. Reproduction. Education.

¹ Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: jleslemos@gmail.com.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9483513808670587>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8922-2931>

² Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: jaire.silva.js@gmail.com.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9068880983402681>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5032-9694>.



1 TRABALHO E REPRODUÇÃO: FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO SER SOCIAL

Lukács, em sua obra *Para uma ontologia do ser social*, realiza a constituição de uma ontologia fundamentada no materialismo histórico-dialético, superando todo e qualquer caráter estático em relação ao ser. Do mesmo modo, uma “autêntica ontologia” não pode ser reduzida a concepções meramente lógico-epistemológicas, pois ela deve tratar da vida cotidiana dos seres humanos. É nesse sentido que Lukács busca nas obras de Marx uma concretização da formação do ser social, pois este pensador contribui com uma exposição das categorias produtoras e reprodutoras da vida humana, identificando, em ambos os autores, o processo de trabalho como o fundamento ontológico do ser social. Desse modo, Marx afirma

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 2017, p. 120)

Portanto, é em relação ao trabalho que podemos verificar que o ser humano transforma a natureza – inorgânica e orgânica – em valor de uso³ e, ao mesmo tempo, o próprio homem é modificado por esse processo. Constituído desse modo, uma ontologia do ser social deve, necessariamente, iniciar pela análise do processo de trabalho, pois esta categoria possibilita uma melhor compreensão do salto ontológico que resulta na formação do ser social. Assim, o trabalho deve ser concebido como o “fenômeno originário” do ser social, por meio do qual o ser humano se distingue dos demais animais, tendo em vista que possui a capacidade de idealizar previamente o objeto final de seu trabalho.

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma

³ Para Lukács, o termo valor não pode ser obtido mediante as propriedades naturais de um determinado objeto, pois na natureza não existe tal categoria. Assim, algo apenas se torna valor de uso na medida em que é útil para a vida humana. Para tanto, ela possui o seu fundamento no trabalho. “Desse modo, o valor de uso não é um simples resultado de atos subjetivos, valorativos, mas, ao contrário, estes se limitam a tornar consciente a utilidade objetiva do valor de uso; é a constituição objetiva do valor de uso que demonstra a correção ou incorreção deles e não o inverso.” (LUKÁCS, 2013, p. 108).



alteração da forma do elemento natural, ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. (MARX, 2017, pp. 255-256).

Por meio do trabalho, o homem transforma a natureza e produz um objeto que não existia até então, caracterizando um *pôr teleológico* que possui como principal característica o seu fundamento na realidade concreta, precedendo todo o trabalho. Porém, para que o trabalho possa produzir objetos úteis para a vida humana se faz necessária a investigação das propriedades dos entes naturais – ou da causalidade natural – contribuindo para a formação do ser social.

No interior de tal processo, a consciência humana não se constitui como um mero epifenômeno, isto é, não é mais um produto acidental e sem intencionalidade, fundamentado sobre características biofísicas e bioquímicas da natureza. O trabalho é responsável pela constituição de uma consciência ativa e intencional nos homens, importante para o desenvolvimento do processo de humanização. Essa consciência é responsável pela escolha dos melhores materiais e das diversas possibilidades de realização de um determinado trabalho.

Quando o homem primitivo escolhe, de um conjunto de pedras, uma que lhe parece mais adequada aos seus fins e deixa outras de lado, é óbvio que se trata de uma escolha, de uma alternativa. E no exato sentido de que a pedra, enquanto objeto em si existente da natureza inorgânica, não estava, de modo nenhum, formada de antemão a tornar-se instrumento desse pôr. (LUKÁCS, 2013, pp. 70-71).

Esse processo de escolha entre diversas alternativas influencia no comportamento humano, possibilitando a superação da animalidade e o salto ontológico que resulta na constituição do ser social. Portanto, esse caráter de alternativa encontra-se fundamentado na consciência humana, promovendo a transformação da natureza pelo trabalho e suas influências sobre o homem, ao mesmo tempo que representa o afastamento da barreira natural, isto é, o domínio sobre o instinto biológico.

O trabalho entendido como produtor de valor de uso, ou seja, como processo transformador da natureza em objetos úteis para a vida humana, caracteriza os chamados *pores teleológicos primários*. Porém, em formas mais desenvolvidas da socialidade, o trabalho deve ser analisado em relação à orientação de outros homens para a realização de determinado fim, caracterizando os *pores teleológicos secundários*. Desse modo,



[...] o pôr do fim já não visa transformar diretamente um objeto natural, mas, em vez disso, a fazer surgir um pôr teleológico que já está, porém, orientado a objetos naturais; da mesma maneira, os meios já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar essas intervenções por parte de outros homens. (LUKÁCS, 2013, p. 84).

É em relação aos pores teleológicos secundários que se encontra o complexo social da *reprodução*, importante para a efetivação do processo do trabalho. Nesse sentido, todos os complexos sociais importantes para a compreensão do ser social, não podem ser analisados separadamente, pois estes se caracterizam por sua inter-relação entre si. Portanto, para Lukács, uma autêntica ontologia do ser social não se reduz à análise exclusiva do trabalho, ao mesmo tempo que exclui os demais complexos sociais.

Constituído dessa maneira, a investigação do trabalho se desenvolve de tal modo que alcança as tendências reprodutivas, tanto orgânicas quanto sociais. Dessa indissolúvel relação entre trabalho e reprodução surge a *divisão social do trabalho* que, em sociedades primitivas, se fundamentava nas características meramente biológicas, como a força e a destreza. Porém, com o constante processo de afastamento da barreira natural – característico do processo de socialização do ser social –, esse fundamento é substituído por determinações sociais, como a necessidade de determinados conhecimentos e habilidades.

Na divisão social do trabalho, os pores teleológicos encontram-se em seu âmbito secundário, priorizando a organização e a orientação de outros seres humanos. Para tanto, é necessário que todos os homens envolvidos na realização de um determinado fim, possuam um grau específico de conhecimento, principalmente dos objetos e das forças naturais, importante para a realização do trabalho. Desse modo, podemos afirmar que a divisão social do trabalho tem início com a manufatura, pois é nesta

[...] que o processo de trabalho como tal será decomposto em termos de divisão do trabalho; contudo, também aí, isso só ocorre de maneira tal que a ocupação vitalícia com determinado momento parcial do processo laboral produz um virtuosíssimo anormal. É só com a máquina que terá início a autêntica divisão do trabalho, determinada pela tecnologia. (LUKÁCS, 2013, p. 164).

Então, o surgimento da manufatura é apresentado por Lukács como um dos primeiros fenômenos surgidos a partir da relação indissolúvel entre trabalho e reprodução. Contudo, não podemos esquecer que, para uma correta apreensão sobre a reprodução, é necessário conceber que o ser humano nunca pode excluir de sua constituição o seu fundamento biológico. Sendo assim, a reprodução social pressupõe, necessariamente, a reprodução biológica, mesmo que esta



última seja modificada pelo trabalho, tendo em vista que, em estágios mais desenvolvidos, a reprodução da sociedade não se encontra mais limitada ao âmbito natural.

Essa passagem da esfera natural para a esfera social é mediada pelo processo do trabalho, mas a definição entre o limite dessas esferas é modificada, tanto em conteúdo como em forma, pelo complexo da reprodução, isto é, pelo próprio desenvolvimento social. Por um lado, no ser social os momentos biológicos de sua reprodução são irrevogáveis, preservando os aspectos físico-químicos; por outro lado, a reprodução se torna cada vez mais social, mas sem excluir totalmente a sua base biológica.

No interior desse processo de desenvolvimento que resulta na formação do ser social, o trabalho é responsável pelo salto ontológico e, ao mesmo tempo, somente se efetiva na reprodução, biológica e/ou social. A partir daí, a peculiaridade do ser social, de acordo com o filósofo húngaro, pode ser melhor compreendida pela investigação dos complexos de atividades que compõem a *educação* que corresponde à capacitação de todos os seres humanos, tendo como uma de suas finalidades adequar as suas ações a acontecimentos e situações futuras.

2 REPRODUÇÃO SOCIAL E A EDUCAÇÃO EM SENTIDO AMPLO E ESTRITO

O processo de reprodução do ser social, como apresentado por Lukács, engloba o complexo da educação. O pensador húngaro, em sua *Ontologia*, não realiza uma investigação aprofundada sobre a educação; porém, ele destaca a importância desse complexo para o desenvolvimento do próprio ser social. Em vista disso, ao elaborar uma ontologia do ser social, Lukács não pode descuidar da educação para a formação do ser social e para a produção e reprodução de conhecimento que, por sua vez, é relevante para a realização de qualquer pôr teleológico mediante o trabalho.

A partir disso, podemos afirmar que educação do ser social, em *latu sensu*, constitui um processo contínuo e sem fim, buscando preparar o ser social para responder adequadamente a determinadas exigências da sociedade; em *strictu sensu*, podemos entendê-la como as práticas pedagógicas, responsáveis por, até certo ponto, preparar os indivíduos para a sociedade, ou seja, formar no ser humano uma aptidão para responder a decisões alternativas.

Daí resulta que não podemos indicar precisamente o limite entre os dois sentidos da educação, pois eles podem assumir diferentes características dependendo das classes e da própria sociedade. Portanto, um conceito meramente abstrato não pode apresentar todas as



especificidades desse complexo social que foi constituído mediante um longo desenvolvimento histórico-social.

Ao longo de sua constituição, o processo da educação se caracteriza pela relação entre a constituição biológica dos seres humanos e aspectos sociais, pois a educação pode influenciar o âmbito biológico do ser social, sendo a esfera social a responsável pelas mudanças ocorridas na esfera orgânica dos homens. Lukács apresenta o fato de as crianças não trabalharem em fábricas como um exemplo disso:

Se hoje não há mais crianças pequenas trabalhando nas fábricas, como ocorria no início do século XIX, não é por razões biológicas, mas em virtude do desenvolvimento da indústria e sobretudo da luta de classes. Se hoje a escola é obrigatória e universal nos países civilizados e as crianças não trabalham por um período relativamente longo, então também esse período de tempo liberado para a educação é um produto do desenvolvimento industrial. (LUKÁCS, 2013, p. 177).

Nesse sentido, a educação corresponde a um determinado processo que visa suprir as exigências e carências provenientes da esfera social, requerendo que os membros da sociedade possuam certos conhecimentos, habilidades ou comportamentos. Desse modo, a educação encontra-se fundamentada nos pores teleológicos secundários, isto é, na possibilidade de orientar intencionalmente os demais seres humanos, contribuindo para a manutenção da reprodução social.

Daí resulta que a educação se constitui como um processo puramente social, mas que não pode suscitar determinadas propriedades contrárias à própria natureza humana. As habilidades e propriedades que a educação promove nos seres humanos se constituem enquanto possibilidades que se efetivam dependendo do desenvolvimento singular de cada ser humano.

Nesse processo formativo do ser humano, não podemos considerar apenas os aspectos positivos, pois os erros também contribuem para uma correta avaliação dos resultados provenientes da educação, pois “[...] em ambos os casos, explicitam-se aquelas propriedades do homem em devir que se comprovaram como as mais fortes na práxis e para a práxis, as quais desempenham nas interações o papel de momento predominante.” (LUKÁCS, 2013, p. 295).

Constituído dessa maneira, a educação contribui com o desenvolvimento humano, auxiliando o processo que resulta na constituição da genericidade humana, sem negar o fundamento biológico do ser social. Somente em contextos mais sociais, o trabalho pode atingir uma generalização que supera o estágio de singularidade dos seres humanos. Desse modo, por meio do trabalho “[...] o indivíduo também se torna, mediante a consciência de sua práxis,



membro (não mais mero exemplar) do gênero, o qual, de início, todavia, é posto, no plano imediato, como totalmente idêntico com a respectiva comunidade existente.” (LUKÁCS, 2013, p. 298).

Não podemos negar que o pertencimento ao gênero humano surge, naturalmente, pelo ato do nascimento; porém, apenas se torna consciente na e pela práxis social, auxiliada pela educação. Portanto, a constituição do gênero humano se fundamenta na natureza que, conforme a sociedade vai se desenvolvendo, gradualmente deixa de determinar o pertencimento ao gênero, evidenciando o contínuo processo de afastamento da barreira natural. Do mesmo modo, as decisões entre alternativas que todos os seres humanos têm que realizar durante a sua vida, não são mais determinadas por impulsos meramente naturais, mas se fundamentam na práxis social.

Sendo assim, o complexo da educação possibilita que o trabalho e a reprodução do ser social atinjam formas mais elevadas da generidade humana, superando a particularidade do ser humano singular. Do mesmo modo, todo esse processo de formação do ser social – abrangendo o trabalho, a reprodução e, por sua vez, a educação – resulta na constituição de uma consciência da humanidade, concebida como gênero humano em toda a sua práxis social e, assim, compreendendo a sociedade enquanto totalidade social.

Constituída desse modo, a educação é essencial para a formação do ser social e, do mesmo modo, para a produção e reprodução do conhecimento, visando preparar o indivíduo para a sociedade, tornando-o apto para responder intencionalmente a questões que se apresentam enquanto alternativas. Para tanto, se faz necessário uma reflexão sobre a especificidade da educação. O filósofo brasileiro Demerval Saviani, em sua obra *Pedagogia histórico-crítica*, destaca a importância da compreensão sobre o fenômeno da educação, o que seria impossível sem uma compreensão sobre a própria natureza humana, cabendo, também, analisar as contradições do sistema educacional brasileiro em sua atual constituição.

3 A NATUREZA DA EDUCAÇÃO E O SISTEMA EDUCACIONAL

Saviani, assim como Lukács, assume como pressuposto o fato do ser humano se diferenciar dos demais seres vivos por meio do processo do trabalho. O ser humano, por sua natureza, necessita produzir continuamente sua própria existência, transformando a natureza em objetos úteis que satisfaçam as suas necessidades. Nesse processo, o trabalho já se manifesta a partir do momento em que o indivíduo antecipa mentalmente a finalidade de sua ação,



caracterizando aquilo que Lukács denomina de prévia ideação. Desse modo, para poder sobreviver, o homem extrai da natureza, de modo intencional, os meios necessários para a sua subsistência, iniciando, assim, o processo de transformação da natureza, ou seja, o metabolismo entre homem e natureza, principal aspecto que constitui a gênese do ser social.

Porém, o trabalho, como todo complexo social, não pode se constituir de modo totalmente independente dos demais, pois a sociedade se caracteriza como um *complexo de complexos*. Desse modo, para Saviani, após Lukács, a educação é uma exigência do e para o trabalho e, conseqüentemente, é um fenômeno próprio dos seres humanos, pois os indivíduos necessitam assimilar uma gama de saberes para se tornarem de fato humanos, o que não pode ocorrer de modo meramente natural. Sendo assim, a própria sociedade suscita a necessidade de aprender a saber, pensar, sentir e etc., implicando em um trabalho educativo que está situado no âmbito do trabalho não-material.

Entretanto, Saviani, servindo-se da concepção marxiana, considera que a existência humana exige primeiramente a garantia de sua subsistência material como consequência de uma produção, também material, sendo desenvolvida cada vez em escalas mais amplas e complexas. Para que se produza materialmente, o indivíduo precisa antecipar os objetivos da ação em ideias, tendo a representação mental dos objetivos reais estabelecidos. Daí considerar o seguinte argumento de Marx:

No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limita a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, a finalidade pretendida, que, como ele bem o sabe, determina o modo de sua atividade com a força de uma lei, à qual ele tem de subordinar sua vontade. (MARX, 2017, p. 256)

No mesmo sentido, Saviani afirma: “Essa representação [mental] inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte).” (SAVIANI, 2011, p. 12, acréscimo nosso). Estes aspectos constituem uma produção que é denominado “trabalho não-material”, referindo-se à produção de ideias, conceitos, valores e hábitos. Obviamente, a educação encontra-se situada nessa categoria de saber em que o produto não se separa do responsável pela produção, caracterizando a natureza da educação, pois esta não se reduz ao ensino, mas este faz parte da natureza do processo educacional, sendo a aula uma produção e um objeto de consumo simultaneamente.



O saber que interessa ao trabalho educativo deve ter como ponto de partida o saber objetivo produzido historicamente, que se manifesta desde a origem do homem de acordo com o seu desenvolvimento, coincidindo com o ato de viver. Ao assimilar os elementos necessários para a sua reprodução, o ser humano constitui uma segunda natureza⁴ em que produz historicamente aquilo que não é garantido pela natureza. Assim, a educação contribui para a formação dessa segunda natureza, pois corresponde, de acordo com Saviani, ao

[...] ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVANI, 2011, p. 13)

O ensino é apenas um aspecto da educação e, como tal, cabe analisar a institucionalização do processo pedagógico que se dá por meio da escola, identificando os motivos pelos quais se fez necessário a sua existência. Para Saviani (2011, p. 14), “[...] a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular.”. Em suma, a escola está relacionada ao problema da ciência, isto é, ao conhecimento sistematizado. Logo, a justificação para a existência da escola diz respeito à sua função de suscitar a aquisição dos instrumentos necessários para o acesso ao saber elaborado (ciência).

Este saber sistematizado, advém da cultura erudita e letrada. Daí a exigência de se aprender a ler e a escrever que viabiliza o acesso a esse tipo de saber. Para tanto, se faz necessário estabelecer o currículo pelo qual a escola se orientará. Desse modo, os fundamentos da escola elementar são “[...] a linguagem dos números, a linguagem da natureza e a linguagem da sociedade.” (Saviani, 2011, p. 14). Entretanto, a escola, constituída dessa maneira, pode contribuir para o surgimento de formas obscurecidas, findando por colocar em segundo plano a formação humana. Desse modo, sob a lógica do mercado, a escola não possibilita a constituição de uma generidade para si – pleno desenvolvimento humano –, mas suscita formas estranhadas, pois reduz o processo da educação à mera transmissão de conhecimentos e habilidades orientados pelos interesses corporativistas, findando por neutralizar o seu papel no processo de democratização.

⁴ Em Lukács, essa segunda natureza se constitui como um complexo produtor de novas necessidades que já não podem ser satisfeitas somente pelo processo de trabalho, conduzindo à origem de novos complexos sociais.



A existência da escola não pode estar associada, exclusivamente, à reprodução de um saber sistematizado, mas também deve viabilizar as condições para sua transmissão e assimilação em que o indivíduo passe do âmbito daquilo que não conhece para aquilo que é conhecido. Além disso, cabe entender que a escola, além de ser um local de socialização do saber, também suscita relações sociais provenientes da atual forma de produção, cujo caráter reprodutivista se destaca em decorrência da necessidade de uma educação meramente tecnicista. Sendo assim, a educação no interior da sociedade capitalista é determinada socialmente, tendo como prioridade a reprodução do interesse do capital em que grupos dominantes impõem a toda sociedade sua dominação.

A educação é determinada socialmente; porém, não podemos esquecer que, de acordo com o filósofo brasileiro, nessa relação de *determinidade* há uma ação recíproca, isto é, a educação também interfere e transforma a sociedade. Isso decorre do fato da educação ter origem no desenvolvimento histórico do homem e se constitui como o processo pelo qual o ser humano produz a sua existência pelo trabalho, responsável pela construção do “mundo social”. Nesse sentido, Saviani afirma:

No princípio, o homem agia sobre a natureza coletivamente e a educação coincidia com o próprio ato de agir e existir, com o trabalho, portanto. O ato de viver era o ato de se formar homem, de se educar. E já que não existe produção sem apropriação, nessa fase inicial, os homens apropriavam-se coletivamente dos meios necessários à produção de sua existência, fenômeno este adequadamente traduzido no conceito de “modo de produção comunal”. Portanto, no chamado “comunismo primitivo”, os homens produziam sua existência de forma coletiva, ou seja, apropriavam-se em comum dos elementos necessários à sua existência. Os meios de produção da existência eram, pois, de uso comum. A partir do momento em que a apropriação da terra – que era, então, o meio de produção fundamental – assume a forma privada, surge a classe dos proprietários; estes, por deterem a propriedade da terra, colocavam para trabalhar aqueles não proprietários. Sobre essa base, constitui-se o modo de produção antigo ou escravista, no qual os escravos trabalhavam para produzir a sua existência e a dos seus senhores. Esta propriedade privada da terra, que ocorre tanto no modo de produção antigo ou escravista quanto no modo de produção medieval ou feudal, propicia o surgimento de uma classe ociosa, que não precisa trabalhar para sobreviver porque o trabalho de outros garante também a sua sobrevivência. É aí que podemos localizar a origem da escola. (SAVANI, 2011, p. 81)

Podemos evidenciar que, atualmente, a escola passa por uma situação paradoxal em que, ao mesmo tempo em que se constitui como secundarizada, isto é, não é o único espaço – ou nem mesmo o principal – que proporciona aprendizado, considerando as múltiplas formas de se educar e, de certo modo, deixando-a em segundo plano. Do mesmo modo, a escola sofre uma



hipertrofia, tendo em vista um crescente aumento do tempo de escolaridade com a antecipação de seu início, bem como o aumento da jornada escolar. Desse modo, a formação humana, na atual sociedade capitalista, encontra-se submetida, quase que exclusivamente, à escola.

Se faz necessário então, um resgate da especificidade do processo da educação que promova a formação humana na direção da constituição de uma generidade para si, na qual a contradição entre indivíduo e totalidade social perde o seu caráter antagônico. Daí a necessidade de

[...] fundar e objetivar historicamente a compreensão da questão escolar, a defesa da especificidade da escola e a importância do trabalho escolar como elemento necessário ao desenvolvimento cultural, que concorre para o desenvolvimento humano em geral. A escola é, pois, compreendida com base no desenvolvimento histórico da sociedade; assim compreendida, torna-se possível a sua articulação com a superação da sociedade vigente em direção a uma sociedade sem classes. (SAVIANI, 2011, p. 88).

Portanto, sem esse resgate da especificidade da educação, esse processo contribui para acentuar os estranhamentos suscitados pela sociedade capitalista que prioriza uma formação individualizante em detrimento da totalidade social. Assim, a educação, se não priorizar uma formação omnilateral do ser humano, contribuirá para o surgimento de determinados obstáculos que impedem ou dificultam o pleno desenvolvimento do gênero humano. Porém, tais obstáculos – que compõem o estranhamento – podem e devem ser superados, pois também são constituídos a partir da práxis humana. Desse modo, uma educação que realmente prioriza a plena formação humana, deve estar orientada para a superação das diversas formas de estranhamento provenientes da atual constituição social.



Recebido em: 30/11/2020

Aprovado em: 26/12/2020

Publicado em: 31/12/2020

REFERÊNCIAS

- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, G. *Per una ontologia dell'essere sociale I*. Roma: Editori Riuniti, 1974.
- LUKÁCS, G. *Per una ontologia dell'essere sociale II*. Roma: Riuniti, 1981.
- LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K. *Para uma crítica da economia política*. Do capital. O rendimento e suas fontes. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.